O PNAIC no município de Dois Vizinhos: curiosidades sobre sua implantação

The PNAIC in Dois Vizinhos County: curiosities about its implantation

El PNAIC en municipio de Dois Vizinhos: curiosidades sobre su implantación

Eliane Aparecida Moreira dos Santos¹

Citação: SANTOS, E. A. M. O PNAIC no município de Dois Vizinhos: curiosidades sobre sua implantação. *Jornal de Políticas Educacionais*. V. 11, n. 6. Setembro de 2017.

Resumo:

O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) visa cumprir a meta 5 (cinco) do Plano Nacional de Educação, que é alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental. Para contemplar essa meta, o programa investe na formação de professores. O objetivo da pesquisa é o de saber como foi a implantação do PNAIC no município de Dois Vizinhos, Paraná, e se teve aceitação pelos docentes, já que é considerado política pública de Formação de Professores. Para o aporte teórico, buscou-se a contribuição de alguns autores estudados do campo de conhecimento, e para melhor entendimento do PNAIC, buscamos, também, informações e dados na legislação e no material de apoio do próprio programa. A pesquisa possibilitou o aprimoramento do conhecimento sobre o PNAIC e alguns esclarecimentos acerca da sua implantação no município citado, comprovando-se que o mesmo está sendo positivo perante os professores alfabetizadores.

Palavras-chave: PNAIC; Formação de professores; Alfabetizadores; Política pública.

Abstract:

The National Pact for Literacy in the Right Age (PNAIC) aims to meet goal 5 (five) of the National Education Plan, which is to literate all children up to the end of the 3rd (third) year of elementary education. To meet this goal, the program invests in teacher training. The objective of the research is to know how was the PNAIC implementation in the municipality of Dois Vizinhos, Parana state, and evaluate if it was accepted by the teachers, since it is considered like a Teacher Training public policy. For the theoretical contribution, we sought the contribution of some authors specialized at the research field, and for a better understanding about PNAIC, we did look for information and data in the legislation and in the official support material. The research made possible the knowledge improvement about PNAIC, and some clarifications about its implantation in the mentioned county, proving that the program is being positive according the literacy teachers.

Keywords: PNAIC; Teacher training; Literacy teachers; Public policy.

¹Pedagoga, pela Faculdade Vizinhança Vale do Iguaçu - VIZIVALI. Pós-Graduada em Neuropsicopedagogia e Educação Especial Inclusiva pela Faculdade São Fidelis – FSF. E-mail: ap_eliane@hotmail.com.

Resumen:

El Pacto Nacional por la Alfabetización en la Edad Cierta (PNAIC) pretende cumplir la meta 5 (cinco) del Plan Nacional de Educación, que es alfabetizar a todos los niños, como máximo, hasta el final del tercer (tercer) año de la enseñanza fundamental. Para contemplar esta meta, el programa invierte en la formación de profesores. El objetivo de la investigación es saber cómo fue la implantación del PNAIC en el municipio de Dois Vizinhos, estado de Paraná, y se tuvo aceptación por los docentes, ya que es considerada una política pública de Formación de Profesores. Para el aporte teórico, se buscó la contribución de algunos autores del campo de conocimiento, y para mejor entendimiento del PNAIC, buscamos, también, informaciones y datos en la legislación y en el material de apoyo del propio programa. La investigación posibilitó el perfeccionamiento del conocimiento sobre el PNAIC y algunas aclaraciones acerca de su implantación en el municipio citado, comprobándose que el mismo está siendo positivo ante los profesores alfabetizadores.

Palabras claves: PNAIC; Formación de docentes; Alfabetizadores; Política Pública.

Introdução

Um dos programas mais instigantes referentes à formação continuada e que tem conquistado vários adeptos é o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC, instigante no sentido de sua imensidade, uma vez que atingiu todo o país e, por suas fortes estruturas, ainda se mantém, apesar da crise econômica que tanto abala o governo federal, estadual e municipal.

O PNAIC é uma política de formação de professores, acordado em convênio entre o Governo Federal, estados e municípios, em parceria com as universidades. Segundo Souza (2014), o programa está estruturado em 04 (quatro) eixos de atuação: 1º Formação, 2º Materiais Didáticos, 3º Avaliações e 4º Gestão, mobilização e controle social. O programa tem o objetivo de garantir que todas as crianças de até 08 anos de idade sejam alfabetizadas até o final do 3º ano do Ensino Fundamental. É uma política recente que foi implantada em todos os municípios brasileiros no ano de 2013, com a finalidade de erradicação do analfabetismo funcional ainda existente. Nesta pesquisa, o enfoque se dará para a questão da concepção de formação dos professores que o PNAIC defende, tendo em vista o professor como principal ator de mudança dos índices negativos da educação brasileira relacionados ao analfabetismo funcional.

Com isso, a pesquisa base deste trabalho analisou contexto histórico e político durante a implantação do programa no município de Dois Vizinhos, e se o mesmo teve aceitação pelos docentes.

Justifica-se a pesquisa, a fim de aprofundar na prática os conhecimentos sobre o PNAIC, já que é um programa de nível federal, considerado como política pública de Formação de Professores que envolve as três esferas da administração pública. Segundo o Ministério da Educação (MEC) (p. 37, 38 e 39, s/ano), as principais atribuições da esfera federal, é promover parcerias com as Instituições públicas de ensino superior

(Ipes), conceder bolsas de apoio para os orientadores de estudo e os professores alfabetizadores, durante o curso de formação, fornecer os materiais didáticos, literários, jogos e tecnologias, entre outras ações. Para os estados, Distrito Federal e municípios, as principais atribuições são: aderir ao PNAIC, gerenciar e monitorar a implementação das Ações do Pacto em sua rede, fomentar e garantir a participação dos professores alfabetizadores de sua rede de ensino nas atividades de formação, sem prejuízo da carga horária em sala de aula, custeando o deslocamento e a hospedagem, sempre que necessário, entre outras ações. O programa ainda espera dos estados a viabilização do funcionamento da coordenação institucional para apoiar os municípios com maiores dificuldades.

A pesquisa foi realizada por meio de análise bibliográfica, documental e de campo, mediante realização de questionário com perguntas abertas a fim de coletar a opinião de 03 (três) professoras com funções distintas dentro do programa, no município de Dois Vizinhos. Pensou-se em buscar informações com pessoas em funções diferentes, por elas terem um olhar diferenciado sobre as etapas do programa, por terem participado do processo de implantação do PNAIC no município e por terem maior conhecimento do mesmo, pois desde o início estiveram presentes nas reuniões e formações oferecidas pelo programa.

Sobre a pesquisa bibliográfica, Marconi e Lakatos (2003, p. 158) enfatizam que esse tipo de pesquisa se refere a um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, é revestido de importância por fornecerem dados atuais e relevantes relacionados com o tema. Ainda ressaltam que o estudo da literatura pertinente pode ajudar na planificação do trabalho, a evitar publicações e certos erros, e ainda representa fonte indispensável de informações, podendo até orientar as indagações. Para o aporte teórico, buscou-se a contribuição de alguns autores estudados na disciplina “Tópicos Especiais em Cultura, Processos Educativos e Formação de Professores: Abordagens e práticas de formação continuada de professores”, como Cruz e Martiniak (2014), Gatti e Barreto (2009) e Souza (2014), além de outros autores que contribuíram com o enriquecimento da pesquisa.

Em relação à pesquisa documental, segundo Marconi e Lakatos (2003, p.174), a característica desse tipo de análise é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias, que podem ser feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou posteriormente.

Para melhor conhecimento do PNAIC, a investigação também se deu por meio de documentos próprios do programa, como cadernos explicativos e legislação vigente acerca do assunto.

A pesquisa de campo foi fundamental para cumprir o objetivo estabelecido neste trabalho, pois como citam Marconi e Lakatos (2003, p. 186), ela é utilizada para conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles. O tipo de pesquisa utilizado, foi o “Quantitativo-Descritivo”, segundo as autoras citadas, consistem em investigação de pesquisa empírica cuja principal finalidade é o delineamento ou análise das características de fatos ou fenômenos, a avaliação de programas, ou o isolamento de variáveis principais ou chave (p. 187). A técnica utilizada para a pesquisa de campo foi o questionário, a fim de dar maior tempo para as participantes responderem aos questionamentos e de minimizar os riscos de distorções nas respostas, deixando-as mais à vontade para expressar suas opiniões de forma individualizada.

O restante do texto está estruturado da seguinte forma: Título 2 – “Aspectos Históricos e Políticos Antecessores ao PNAIC”, onde será discutido a vertente histórica do programa, a legislação que o ampara e seus objetivos. No Subtítulo “Algumas Questões Estruturais do PNAIC”, explicitará a organização e gestão do programa. No título 3 – “Apreciação do PNAIC como Política de Formação de Professores”, debate sobre o papel social do programa e traz a discussão sobre a importância dada à formação dos docentes, como fator primordial para a melhoria da educação brasileira. Já no título 4 e último – “A Implantação do Pacto no Município de Dois Vizinhos”, mostra como se deu a implantação do programa no município por meio de alguns questionamentos feitos à algumas professoras da rede. O artigo termina com a conclusão, momento este que já é possível ter um conhecimento mais aprofundado sobre o PNAIC e também verificar se o objetivo da pesquisa foi atingido.

Aspectos Históricos e Políticos Antecessores ao PNAIC

O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) foi instituído por meio de Portaria do Ministério da Educação sob nº 867, de 04 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União – seção 1, e assinada pelo então Ministro da Educação Aloízio Mercadante Oliva.

O programa reafirma e amplia o compromisso previsto no Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007² entre as secretarias estaduais, distrital e municipais de educação em alfabetizar as crianças até, no máximo os 08 anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental (Meta 5 do Plano Nacional de Educação - PNE), prevê, também, a avaliação do programa por meio de exames periódicos específicos. Tais exames são utilizados pelo programa para avaliar se as metas estão sendo cumpridas. Segundo o MEC (s/ano, p.33), será aplicada no início e final do 2º ano, a Provinha Brasil, com objetivo de diagnosticar, por meio de instrumento sistematizado, quais conhecimentos sobre o sistema alfabético de escrita e quais habilidades de leitura as crianças dominam. A aplicação dessa avaliação e a análise é feita pelo próprio professor. Já no final do 3º ano do ensino fundamental, será aplicada, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), uma avaliação externa anual para checagem de todo o percurso de aprendizagem do aluno. (MEC, s/ano, p.33).

No artigo 5º da Portaria nº 867, são relatados os seguintes objetivos do PNAIC:

- I - garantir que todos os estudantes dos sistemas públicos de ensino estejam alfabetizados, em Língua Portuguesa e em Matemática, até o final do 3º ano do ensino fundamental;
- II - reduzir a distorção idade-série na Educação Básica;
- III - melhorar o índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB);
- IV - contribuir para o aperfeiçoamento da formação dos professores alfabetizadores;
- V - construir propostas para a definição dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças nos três primeiros anos do ensino fundamental.

Segundo o Ministério da Educação (2015, p.10), na história do Brasil, tem-se vivenciado a dura realidade de que muitas crianças concluem a escolarização sem estarem plenamente alfabetizadas. Assim, o PNAIC surge como uma estratégia de luta para garantir o direito de alfabetização plena³ às crianças até o 3º ano do ciclo de alfabetização, buscando-se também, contribuir para o aperfeiçoamento da formação dos professores alfabetizadores.

²Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando à mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica.

³Alfabetizados de nível pleno: classificadas neste nível estão as pessoas cujas habilidades não mais impõem restrições para compreender e interpretar textos em situações usuais: leem textos mais longos, analisando e relacionando suas partes, comparam e avaliam informações, distinguem fato de opinião, realizam inferências e sínteses. Quanto à matemática, resolvem problemas que exigem maior planejamento e controle, envolvendo percentuais, proporções e cálculo de área, além de interpretar tabelas de dupla entrada, mapas e gráficos. (Indicador de Alfabetismo Funcional - INAF).

Souza (2014), em seu artigo denominado “A formação no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC)” traz importantes elementos teóricos e políticos antecedentes aos PNAIC, que são relevantes para conhecer a historicidade em que se situa essa importante política pública de formação de professores alfabetizadores.

Para Mortatti, apud Souza (2006, p.10), ao fim do século XIX houve disputas políticas e discussões sobre os diferentes métodos de alfabetização, mas a corrente do construtivismo passou a ser hegemônica, tornando-se presente, inclusive, nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's).

Segundo Pinsky (2007), a introdução da educação brasileira, da teoria da psicogênese da língua escrita – o construtivismo, foi um dos fatores responsáveis pelas mudanças de paradigmas na área do ensino e aprendizagem da língua escrita no início da escolarização, nas duas últimas décadas. O autor ressalta que:

Foi em meados dos anos 1980 que a perspectiva psicogenética da aprendizagem da língua escrita, denominada de maneira inadequada de construtivismo, chegou à educação brasileira, através, fundamentalmente, da obra e da ação formativa de Emilia Ferreiro- é de 1985 a publicação, no Brasil, do livro *Psicogênese da língua escrita*, escrito por essa autora em coautoria com Ana Teberosky (original espanhol de 1979), livro que apresenta a teoria fundante sobre o processo evolutivo de apropriação, pessoal e ativa, pela criança, do sistema alfabético de escrita, teoria que passou a influenciar fortemente o ensino brasileiro na etapa inicial de escolarização (PINSKI, 2007, s/p).

Ainda, essa corrente almejava a desmetodização da alfabetização e enfatizava que a aprendizagem ocorreria independentemente do ensino, e a apropriação do Sistema da Escrita Alfabética se faria a partir da interação com diferentes textos em atividades de leitura e produção de textos. Porém, a expansão das oportunidades de escolarização nos anos de 1970 e 1980, no século XX, e os altos índices de repetência e evasão provocaram a revisão do projeto educacional do Brasil (SOUZA, 2014, p.5).

Souza ressalta que, em 1990, quando da participação do Brasil na Conferência Mundial de Educação para Todos, em Jomtien, na Tailândia, convocada pela Unesco, Unicef, PNUD e Banco Mundial e da Declaração de Nova Delhi, foram criadas posições consensuais para tornar universal a educação fundamental.

Assim, o Ministério da Educação e do Desporto coordenou a elaboração do Plano Decenal de Educação para Todos (1993-2003), buscando a equidade e a qualidade da educação e a avaliação das escolas diante dos pressupostos da Constituição Federal de 1988, objetivando a adequação dos ideais democráticos, assumindo a responsabilidade de fornecer a educação de todos (SOUZA, 2014, p.5).

Ainda, para essa autora (2014, p.6), um dos marcos fundamental para a valorização da educação básica foi a consolidação da Emenda Constitucional nº 14, de 12 de setembro de 1996, que priorizou o ensino fundamental, com a colaboração do financiamento de Estados e Municípios, e também a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei Federal nº 9.394, que reforça o acesso à formação básica nacional comum.

Segundo Souza (2014, p. 6), o MEC consolidou, em 1997, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) para as primeiras quatro séries da Educação Fundamental. Nesse documento, também são apontadas metas de qualidade para a educação do Ensino Fundamental do Brasil e, no lugar da seriação inicial, é adotado o ciclo básico com o intuito de efetivar a alfabetização.

No documento introdutório aos PCN's (1997, p.13), o MEC enfatiza que estes constituem um referencial de qualidade para a educação no Ensino fundamental em todo o país. Visa orientar e garantir a coerência dos investimentos no sistema educacional, bem como subsidiar a participação de técnicos e professores brasileiros com menor contato com a produção pedagógica.

Para o MEC, esse documento se configura uma proposta flexível, a ser concretizada nas decisões regionais e locais sobre currículos e sobre programas de transformação da realidade educacional empreendidos pelas autoridades governamentais, pelas escolas e pelos professores (MEC, 1997, p.13).

O resgate histórico sobre a criação dos PCN's é enfatizado da seguinte forma:

O processo de elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais teve início a partir de estudo de propostas curriculares de Estados e Municípios brasileiros, da análise realizada pela Fundação Carlos Chagas sobre os currículos oficiais e do contato com informações relativas a experiências de outros países. Foram analisados subsídios oriundos do Plano Decenal de Educação, de pesquisas nacionais e internacionais, dados estatísticos sobre desempenho de alunos do ensino fundamental, bem como experiência de sala de aula difundida em encontros, seminários e publicações (MEC, 1997, p. 15).

Em relação à formação continuada, Constant (BRASIL, 2015, p.12), afirma que a implementação de programas de formação continuada de professores alfabetizadores aos moldes do PNAIC vem se delineando desde 2008, em um contexto de renovação curricular, em especial pela ampliação do Ensino Fundamental para nove anos. Segundo essa autora, a preocupação do MEC em fomentar políticas públicas na área da educação

é justificada pelo expressivo quantitativo de analfabetos funcionais. A esse respeito, em 2012, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) contabilizou 27,8 milhões de analfabetos, definidos pelo instituto como pessoas de 15 anos ou mais que possuem menos de 04 (quatro) anos de estudos completos (BRASIL, 2015, p.12).

Sobre o analfabetismo funcional, Silva (2007) destaca que esse conceito não aparece no INAF. O autor ressalta que em 1985, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) propôs uma definição de pessoa alfabetizada e de pessoa analfabeta, assim, alfabetizada se refere a pessoa com capacidade para ler e escrever com compreensão uma frase simples e curta sobre a vida cotidiana e analfabeta seria a pessoa que ao contrário, não sabe ler nem escrever uma frase simples e curta sobre a sua vida cotidiana.

Segundo Silva:

A definição da Unesco indica o que “bilhete simples” quer dizer e coloca a idéia da alfabetização no cotidiano, nas práticas sociais imediatas e no domínio mínimo de leitura e escrita. Trata-se, portanto de um corte pragmático, que indica um “mínimo”; neste sentido, se aproxima do conceito de analfabetismo funcional (BRITTO, p. 20 e 21).

Segundo Britto (2007) o conceito de analfabeto funcional é muito ruim, porque indica um nível de conhecimento de leitura e escrita em que o sujeito é alfabetizado, mas não utiliza muito esses conhecimentos; pretende-se, assim, afirmar que, apesar de alfabetizado, o sujeito poderia ser considerado analfabeto do ponto de vista da função social da escrita. Para esse autor, o conceito confunde a idéia de ser alfabetizado, reafirma o estigma de analfabeto e não considera as várias possibilidades de conhecimento e de participação.

O PNAIC surge como mais uma oportunidade de melhoria da educação, busca melhorar os índices relacionados ao analfabetismo, investindo principalmente em formação de professores. A preocupação com a educação brasileira não fica somente restrito ao país, mas também sofre influências dos organismos internacionais, conforme as observações trazidas por Souza (2014) sobre a Conferência Mundial de Educação para todos. Além disso, este programa é considerado como política pública de formação de professores, por sua vasta abrangência e necessidade de colaboração de várias esferas da administração pública.

Algumas questões estruturais do PNAIC

Para Cruz e Martiniak (2014, p. 1645), os entes governamentais, ao aderirem ao Pacto, comprometem-se a alfabetizar as crianças até os oito anos de idade em língua portuguesa e em matemática⁴ e, também, a realizar avaliações anuais, aplicadas pelo INEP, junto aos concluintes do 3º ano do ensino fundamental. Nesse contexto, a função do estado é apoiar as ações do Pacto para garantia de sua implementação.

Conforme a citada Portaria nº 867, a dinâmica do programa funciona da seguinte forma: a gestão, controle e mobilização das ações do PNAIC são de responsabilidade das instâncias Comitê Gestor Nacional (responsável pela coordenação e avaliação em âmbito nacional do programa), Coordenação Institucional - para cada estado e Distrito Federal (responsável pela mobilização e a proposição de soluções para temas estratégicos, no âmbito do estado), Coordenação Estadual (responsável pela gestão, supervisão, monitoramento no âmbito da rede estadual e pelo apoio à implementação das ações do Pacto nos municípios) e Coordenação Municipal (a cargo da Secretaria Municipal de Educação, responsável pela gestão, supervisão, monitoramento das ações do programa no âmbito da rede municipal e pela interlocução com a coordenação estadual).

Já o processo de formação de professores se dá de maneira vertical, e é de responsabilidade do MEC promover, em parceria com as Instituições de Ensino Superior (IES), a formação dos orientadores de estudo e dos professores alfabetizadores. As IES são responsáveis por selecionar os professores formadores que ministrarão o curso de formação aos orientadores de estudos. Estes, por sua vez, são escolhidos por meio de processo seletivo organizado pelo Município e são os responsáveis pela formação dos professores alfabetizadores.

Por estes moldes, a formação do PNAIC se enquadra no modelo “em cascata”, para as pesquisadoras Gatti e Barreto (2009), não são raros, no qual um primeiro grupo de profissionais é capacitado e transforma-se em capacitador de um novo grupo que por sua vez capacita um grupo seguinte. Para elas, apesar desse tipo de formação envolver um expressivo número de profissionais, tem-se mostrado pouco efetivo quando se trata em difundir os fundamentos de uma reforma em suas nuances, profundidade e implicações. Este modelo de formação é positivo do ponto de vista do quantitativo de pessoas que pode atingir, pois alcança uma grande massa em um curto prazo de tempo, porém, como a formação não é trabalhada diretamente do formador “principal” com o

⁴ Em 2015, o MEC e as Universidades formadoras optaram por promover a formação nas especificidades das diferentes áreas, mas, sempre, considerando a interdisciplinaridade.

alfabetizador, pode haver nesse transcurso muitas falhas, pois neste caso, entrará também em jogo, a opinião, a vivência de cada membro que será responsável por repassar a formação e informação que já recebeu.

A Portaria nº 1.458 adota os seguintes requisitos para participação do professor alfabetizador no programa: lecionar em turmas de 1º, 2º e 3º anos e, também, estar registro no Censo Escolar disponível no momento da constituição da turma de professores alfabetizadores.

Para Cruz e Martiniak (2014), no Brasil totalizam-se 38 universidades parceiras do programa. No Paraná, as responsáveis pela formação dos professores orientadores são a Universidade Estadual de Ponta Grossa, a Universidade Estadual de Maringá e a Universidade Federal do Paraná. Segundo as autoras, nas formações dos professores orientadores, são realizados debates sobre os direitos de aprendizagem das crianças do ciclo de alfabetização, sobre avaliação no ciclo de alfabetização; formação de professores; organização do trabalho pedagógico; planejamento; educação especial e questões sobre o campo.

A estrutura do programa é articulada entre todas as esferas da educação, e requer o compromisso de ambas para que os objetivos do PNAIC sejam alcançados e para que o MEC receba sua contrapartida pelos investimentos realizados, porém, a formação é oferecida de maneira vertical, fator negativo, já que quem pensa a política pública está distante daquele que a vivência, daquele que arriscar-se em pôr em prática no cotidiano escolar.

Apreciação do PNAIC como Política de Formação de Professores

Por sua magnitude e objetivos, o PNAIC é tido como política pública, e um dos seus maiores enfoques é a formação continuada dos professores alfabetizadores. Para Constant (BRASIL, 2015, p. 13), o que desencadeou nas atuais políticas públicas de educação a necessidade de atender às exigências de melhoria de aprendizado dos alunos foram o baixo desempenho escolar e reflexões sobre a identidade profissional dos professores alfabetizadores. Para isso, era necessário definir o essencial à alfabetização das crianças das escolas públicas, e também criar uma proposta para o professor alfabetizador a partir de um processo de formação continuada, com base na alfabetização e no letramento.

Em relação a alfabetização, Albuquerque (2007) relata que é considerada como o ensino das habilidades de “codificação” e de “decodificação”, transposta para a sala de aula ainda no final do século XIX, mediante a criação de diferentes métodos de alfabetização com a finalidade de padronizar a aprendizagem da leitura e da escrita. No entanto, na década de 90, o conceito de alfabetização passou a ser vinculado ao fenômeno do letramento. Para a autora (2007, p.16), esse termo é definido no Dicionário Houaiss (2001) “como um conjunto de práticas que denotam a capacidade de uso de diferentes tipos de material escrito”.

Albuquerque (2007) ressalta que no Brasil, o termo letramento não substitui a palavra alfabetização, mas está associada a ela:

Podemos falar, ainda nos dias de hoje, de um alto índice de analfabetos, mas não de “iletrados”, pois sabemos que um sujeito que não domina a escrita alfabética, seja criança, seja adulto, envolve-se em práticas de leitura e escrita através da mediação de uma pessoa alfabetizada, e nessas práticas desenvolve uma série de conhecimentos sobre os gêneros que circulam na sociedade (ALBUQUERQUE, 2007, p. 16 e 17).

Saviani apud Cruz e Martiniak (2014), também define o que é essencial para a educação quando diz que o saber sistematizado, a cultura erudita é uma cultura letrada e a primeira exigência para o acesso a esse tipo de saber é aprender a ler e escrever. O conteúdo fundamental da escola elementar é ler, escrever, contar, os rudimentos das ciências naturais e das ciências sociais.

Para Constant (2015), o debate sobre formação de professores alfabetizadores antecede a implementação do programa, pois, ainda no ano de 2003, o MEC buscava novos direcionamentos para a educação brasileira, a fim de melhorar os índices nas avaliações nacionais e de aumentar a qualidade da educação.

Com base nessa preocupação, deu-se o surgimento de alguns programas federais de formação continuada, como o “Programa Toda Criança Aprendendo (TCA)” em 2003, “Rede Nacional de Formação Continuada”, também em 2003, e, no ano de 2005, o “Programa Pró-Letramento”.

Para Cruz e Martiniak (2014), o PNAIC tem suas origens no programa Pró-Letramento, o qual também tinha como foco a aprendizagem na Língua Portuguesa e Matemática. A ideia, por trás da criação desse programa de formação continuada, é a de que pudesse suprir a má formação inicial dos professores de forma rápida e que lhes possibilitasse a resolução dos problemas em sala de aula.

Gatti e Nunes (2008) (*apud* Gatti e Barreto, 2009) trazem a discussão sobre os baixos índices obtidos nos cursos de formação de docentes, fator que demonstra a insuficiência ou inadequação da formação inicial que está sendo repassada pelas instituições de ensino superior, sobretudo pelo setor privado a partir dos anos 1980. Com isso, cada dia mais, os docentes que recebem esse tipo de formação, encontram dificuldades em se adequar ou propriamente participar das mudanças que ocorrem na educação, ficam dessa forma à mercê do processo, encarregados apenas pela repetição de suas práticas. Desta forma, os cursos de formação continuada, surgem como possíveis remediadores desses problemas, porém, em sua grande maioria, desconsideram a opinião dos próprios docentes, não tendo continuidade no processo.

Constant (2015) explicita que, para o MEC, o Pró-Letramento obteve bons resultados, e a melhoria no desempenho dos estudantes com a apropriação da língua portuguesa e matemática, levantou a necessidade de um debate nacional para a implantação de uma política de currículo, que ampliasse as reflexões sobre a formação continuada, com base no “Pró-Letramento”.

Com isso, no ano de 2012, reuniram-se no MEC representantes das secretarias de sistemas públicos de ensino e representantes de universidades, como professores atuantes na área da educação, para elaboração de documentos que especificassem a necessidade de garantia de “direitos à educação” das crianças no Ciclo de Alfabetização. Tal debate baseou-se no “Art. 10 da Constituição Federal, que determina como dever do Estado, para com a Educação, fixar conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar a formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos nacionais e regionais” (BRASIL, 2015, p. 15).

Dessa forma, nasceu o PNAIC, trazendo à tona a necessidade de se estabelecer um currículo “comum”, “nacional”, com o intuito de assegurar a formação básica comum, juntamente com as bases de uma escola democrática, pois o direito à educação parte da ideia de que há igualdade entre todos os cidadãos perante a lei, e é responsabilidade do Estado buscá-la por meio de políticas públicas. (BRASIL, 2015, p. 16).

O programa deixa claro sua intenção que é a formação do professor, portanto também chama os educadores para assumirem juntos o compromisso que é alfabetizar e letrar as crianças até os 8 (oito) anos de idade. Porém, como ressalta Souza (2014), o PNAIC desconsidera o desenvolvimento cultural e supõe que o problema da aprendizagem está limitado aos modos de ensinar. O compromisso com a alfabetização e

o letramento, é de muita responsabilidade, pensando que esse processo não depende somente da escola, mas de muitos fatores importantes, inclusive as questões sociais nas quais a criança está inserida.

A Implantação do PNAIC no Município de Dois Vizinhos

Segundo os dados estatísticos disponibilizados no site “Portal Dois Vizinhos”, Dois Vizinhos está localizado no 3º Planalto Paranaense, constitui a 16ª Microrregião de Francisco Beltrão, Mesorregião Geográfica: Sudoeste do Paraná. No último censo (2010), o município contou com uma população de 36.179 habitantes. O município possui 13 (treze) escolas de ensino fundamental e 09(nove) Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI). Para atender a demanda, conta com 97(noventa e sete) professores de Educação Infantil e 261 (duzentos e sessenta e um) professores de Ensino Fundamental-Fase 1, entre eles efetivos e temporários.

O PNAIC do Município durante o ano de 2015 (ano em que a pesquisa foi realizada), era composto por 52 (cinquenta e dois) professores (alguns com dobra de padrão⁵), distribuídos nas 72 (setenta e duas) turmas de alfabetização – 1º, 2º e 3º anos; 03 (três) coordenadoras de estudo e 01 (uma) coordenadora local. Cada participante recebeu do MEC um auxílio em dinheiro para incentivo à pesquisa e, também material adequado à área do conhecimento trabalhada, como caderno de apoio, livros didáticos para o 1º, 2º e 3º anos do ensino fundamental, jogos pedagógicos, entre outros, que são elaborados também pelo MEC, em parceria com as Universidades formadoras. O Município contribuiu com o programa, responsabilizando-se pelos gastos com transporte e alimentação durante o período que as professoras orientadoras de estudos e coordenadora local estavam em curso junto à Universidade formadora, bem como, com a cedência de local para que as formações no município acontecessem.

A formação propriamente dita aconteceu da seguinte forma: as professoras coordenadoras de estudo juntamente com a professora coordenadora local, foram dispensadas de suas funções no município para participar da formação ofertada na Universidade formadora, neste caso, a UFPR (Universidade Federal do Paraná), em média a cada 3 (três) meses, totalizando 180 (cento e oitenta) horas de curso. No retorno, as orientadoras de estudos, juntamente com a coordenadora local, reuniam-se para organizar a formação a ser realizada com os professores alfabetizadores. Cada

⁵ Professores que tem dois turnos de trabalho, com 20 (vinte) horas cada turno.

orientadora de estudos era responsável por um grupo de docentes, os quais foram agrupados conforme a seriação escolar que lecionavam, totalizando 3 (três) turmas, uma com professores de 1º ano, outra com os de 2º ano e outra com os de 3º ano. As formações aconteceram em uma das escolas do município, no período noturno, em dois dias da semana, totalizando 120 (cento e vinte) horas de estudo. É importante ressaltar, que todos os docentes tinham cadastro no SisPacto, ferramenta disponibilizado pelo MEC para avaliação e monitoramento das atividades executadas pelos envolvidos no PNAIC.

Para melhor conhecer o processo de implantação do Pacto no município, foram entregues questionários com perguntas abertas para 03 (três) professoras, com funções diferenciadas dentro do PNAIC no município. Anteriormente à pesquisa, seu objetivo foi explicitado às participantes que autorizaram a utilização de seus depoimentos por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

O primeiro questionamento foi sobre *o processo de implantação do PNAIC no município de Dois Vizinhos*. Segundo as participantes da pesquisa, a implantação do programa no município foi tumultuada, não houve explanação sobre o PNAIC, nem sobre seus objetivos e propostas. Muitos docentes só tomaram conhecimento dele, através de outro município próximo que estava realizando o processo seletivo para escolha dos professores orientadores de estudos. A adesão foi realizada no segundo semestre de 2012 pela equipe gestora da Secretaria Municipal de Educação (SEMED) daquele ano. O processo aconteceu de maneira interna, e os professores orientadores foram indicados pela Secretária Municipal da época. Na tentativa de resolução desses impasses, foi acionado o Conselho de Educação e, após várias reuniões, houve alterações dos orientadores indicados, pois não havia tempo hábil para proceder o processo de seleção público e transparente, o qual seria o ideal.

“O Conselho de Educação foi acionado e após várias reuniões, as equipes gestoras chegaram ao consenso em incluir no grupo de orientadores de estudos já indicados um membro que fosse professor da rede, alfabetizador e pedagogo da nova equipe gestora, para adquirir conhecimento do programa, uma vez que seria a nova equipe que iniciaria os trabalhos com a rede de professores a partir do ano de 2013. É importante citar que as formações dos orientadores de estudo aconteceram ainda em dezembro de 2012” (Participante A).

A respeito do processo de seleção dos professores orientadores de estudo, na Portaria nº 867, Art. 14, parágrafo VI, expõe que cabe aos municípios a indicação de

orientadores de estudo de sua rede de ensino, e custeio com deslocamento e a hospedagem para os eventos de formação. Porém, o critério de escolha desses professores foi alterado pela Portaria nº 1.458, aprovada cinco meses após a normativa referenciada. O Art. 10º dessa portaria, evidencia a escolha dos orientadores de estudo por meio de processo seletivo público e transparente, e também cita alguns requisitos, quanto à formação e à experiência exigidas, quais sejam:

- I – ser professor efetivo da rede pública de ensino que promove a seleção;
- II – ter sido tutor do Programa Pró-letramento; e
- III – ter disponibilidade para dedicar-se ao curso e à multiplicação junto aos professores alfabetizadores.

Conforme as declarações, nota-se que o processo de implantação do programa no município de Dois Vizinhos foi complicado e não houve os devidos esclarecimentos sobre o programa à rede de professores. Alguns fatores que podem ter contribuído para estes transtornos, foi a adesão ao programa no período de transição de gestão da SEMED, o pouco tempo para avaliar a proposta, pois ainda no ano de 2012 ocorreu a 1ª formação de coordenadores de estudos, e ainda a alteração na legislação do programa em um curto período de tempo.

O segundo questionamento foi sobre *a aceitação do programa pelos docentes*, as respostas foram unânimes e deixou claro que a adesão foi positiva, dentre os motivos, está principalmente por apresentar algumas especificidades, como a bolsa de estudos. Ou ainda, por serem atraídos pelo discurso político exposto no programa como afirma Souza (2014), pois sua justificativa não explica a realidade, é demonstrado propagações de senso comum e acabam atraindo porque coincidem ou reforçam ilusões.

Para que não houvesse resistência, as propostas formativas anunciam que buscam “entender as diferenças pessoais e os diversos interesses que configuram os momentos de formação”. No entanto, fere a autonomia do professor ao planejar ações e avaliar delegando ao professor a responsabilidade pelos resultados (SOUZA, 2014, p. 11).

Ao serem questionadas se *o PNAIC está contribuindo para a formação dos professores alfabetizadores*, as respostas foram positivas, deixando claro que o mesmo possibilita um momento de reflexões por parte dos docentes, troca de experiências e melhoria na prática pedagógica, pois aproxima a teoria da realidade.

Monteiro e Giovanni (200) trazem importantes reflexões sobre o desafio metodológico da formação de professores, e um desses aspectos é a “troca de saberes”,

esse aspecto se refere à atitude de respeito aos saberes dos professores participantes do processo, momento este que devem ser valorizados, para que acreditem que nos encontros realizados haverá uma verdadeira troca de conhecimentos.

Quanto às *dificuldades já percebidas no programa*, na opinião das entrevistadas, está a falta de autonomia dos municípios, pois precisam se adequar dentro de cada realidade, a dificuldade do município em formar em âmbito local uma equipe de formação com profissionais com disponibilidade e que possam dar continuidade ao programa ou em sua linha ofertada, mesmo após o seu término e ainda, a falta de tempo para as formações, já que são ofertadas fora do horário de trabalho do professor.

Como percebe-se as dificuldades citadas pelas participantes da pesquisa se referem de maneira geral a estrutura do programa, o que deixa claro, a falta de flexibilidade do mesmo, pois é pensado em âmbito geral, sem contemplar as especificidades de cada local.

De modo geral, o programa é positivo na opinião das gestoras, teve boa aceitação por parte dos docentes e já se percebe melhoria nas práticas pedagógicas dos professores alfabetizadores. Para elas, o programa veio para motivar e incentivar os docentes em práticas didáticas já vivenciadas, mas que se tornaram muitas vezes esquecidas.

A pesquisa mostrou que o programa tem se mostrado muito bem elaborado, e até mesmo um dos mais completos no que se refere à formação de professores, mas há também problemas estruturais, que precisam ser consideradas, pois o programa não considera a heterogeneidade das localidades onde está implantado. Para as participantes da pesquisa, ele tem sim contribuído para a melhoria da formação continuada no município, também tem contribuído para a prática docente e motivado os educadores.

Conclusão

Os estudos da disciplina foram fundamentais para compreender a historicidade do PNAIC e o conhecimento mais a fundo dessa política pública de formação de docentes, programa que apesar de já demonstrar alguns problemas estruturais, se mostrou bem pensado e organizado e que por seus moldes ainda está resistindo à crise econômica que abala o país. Também possibilitou juntamente com a pesquisa de campo, formar uma visão mais crítica sobre a formação de professores ofertada no município de Dois

Vizinhos, desta forma ficou claro que não basta apenas a implantação de políticas públicas de formação de professores, mas necessita muito mais o comprometimento de quem a executará.

O objetivo do programa é o de alfabetizar as crianças até no máximo os 8 (oito) anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental, com isso, responsabiliza os professores alfabetizadores, qualificando-os por meio de formação continuada e incentivando-os através de bolsa de estudo e pesquisa.

É importante ressaltar esse aspecto sobre o olhar de Gatti e Barreto (2009, p. 228), quando dizem que enfatizar a responsabilidade por resultados, controlada externamente por sistemas de avaliação, não é o melhor caminho para fortalecer o desempenho docente. A aprendizagem dos alunos deve ser responsabilidade do professor, mas compartilhada com o sistema, com as famílias e principalmente com as instituições formadoras.

Programas aos moldes do PNAIC já vem se delineando há alguns anos, afim de reduzir o analfabetismo e melhorar os índices da educação brasileira perante os organismos internacionais. Porém, este programa é de grande magnitude, pois traz para colaborar consigo as esferas municipal, estadual e federal de educação, segue o modelo “em cascata” citado por Gatti e Barreto (2009), o qual acaba por deixar várias lacunas no processo, visto que necessita a contrapartida, envolvimento e seriedade de cada um dos envolvidos para que os seus objetivos sejam alcançados.

No município de Dois Vizinhos, a adesão ao PNAIC se deu no ano de 2012, mas os trabalhos iniciaram em 2013. A pesquisa mostrou que a implantação do programa no município foi tumultuosa, pois era um momento de transição política e houve alguns impasses na execução de seus critérios, mas após o conhecimento por parte dos professores da rede, sua adesão foi positiva.

A pesquisa demonstra também que o programa está sendo satisfatório na opinião das participantes e que vem sim contribuindo para a formação dos professores municipais, possibilitando-lhes o compartilhamento de experiências e melhorias na prática docente.

Referências

ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia de. **Conceituando alfabetização e letramento**. In: SANTOS, Carmi Ferraz e MENDONÇA, Márcia (org.). Alfabetização e letramento: conceitos e relações. 1ed., 1reimp. – Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 11-21.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 90, de 6 de fevereiro de 2013. **Define o valor máximo das bolsas para os profissionais da educação participantes da formação continuada de professores alfabetizadores no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa.** Disponível em: <http://pacto.mec.gov.br/images/pdf/portaria90_6_fevereiro_2013.pdf>. Acesso em 01/09/2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 1.458, de 14 de dezembro de 2012. **Define categorias e parâmetros para a concessão de bolsas de estudo e pesquisa no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, na forma do art. 2o, inciso I, da Portaria MEC no 867, de 4 de julho de 2012.** Disponível em: <http://pacto.mec.gov.br/images/pdf/port_1458_141212.pdf>. Acesso em 01/09/2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 867, de 4 de julho de 2012. **Institui o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e as ações do Pacto e define suas diretrizes gerais.** Disponível em: <http://pacto.mec.gov.br/images/pdf/port_867_040712.pdf>. Acesso em 01/09/2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. Contextos de Criação do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa.** In CONSTANT, Elaine. Caderno de Apresentação. Brasília: MEC/SEB, 2015. Disponível em: <http://pacto.mec.gov.br/images/pdf/Cadernos_2015/pnaic_apresentacao.pdf>. Acesso em 03/09/2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino. **Planejando a Próxima Década Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação.** (MEC/ SASE), 2014. Disponível em <http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf>. Acesso em 12/04/2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. O Brasil do Futuro com o começo que ele merece.** S/ano. Disponível em: <http://pacto.mec.gov.br/images/pdf/pacto_livreto.pdf>. Acesso em 17/04/2016.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais /** Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SED, 1997. Disponível em: <126 p. <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/introducao.pdf>>. Acesso em 17/04/2016.

BRITTO, Luiz Percival Leme Britto. **Alfabetização no Brasil: questões e provocações da atualidade.** In Ezequiel Theodoro da Silva (org.). Alfabetismo e Educação Escolar. Campinas, SP. Autores Associados, 2007. P. 19-34.

CRUZ, Mirian Margarete Pereira da; MARTINIAK, Vera Lúcia. **As políticas educacionais para a formação continuada dos professores alfabetizadores e a pedagogia histórico-crítica.** In: JORNADA DO HISTEDBR, 12. Caxias, Ma, 2014. Anais...Caxias-MA: HISTEDBR-MA. 2014, p. 1644-1655. Disponível em:<http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada11/artigos/7/artigo_simposio_7_898_mmpcruz@uepg.br.pdf>. Acesso em 15/01/2015>.

GATTI, Bernardete Angelina; BARRETO, Elba Siqueira de Sá. **A formação continuada em questão.** In: GATTI, Bernardete Angelina; BARRETO, Elba Siqueira de Sá. Professores do Brasil: impasses e desafios. Brasília: UNESCO, 2009, p.199- 235.

INAF. Indicador de Alfabetismo Funcional. **INAF BRASIL 2011 - Principais resultados. Pesquisa gera conhecimento. O conhecimento transforma.** Disponível em: <http://www.ipm.org.br/pt-br/programas/inaf/relatoriosinafbrasil/Paginas/inaf2011_2012.aspx> Anexo. Acesso em 17/04/2016.

MARCONI, Marina de Andrade e LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** - 5. ed. - São Paulo: Atlas 2003.

MONTEIRO. Dirce Charara e GIOVANNI, Luciana Maria. **Formação continuada de professores: o desafio metodológico.** In. MARIN, A.J (org.) Educação continuada. Campinas – S.P.: Papirus, 2000, p.129-144.

PINSKY, Jaime. **O Brasil no Contexto: 1987 -2007.** In: PINSKY, Jaime (org.). São Paulo, Contexto, 2007. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?isbn=8572445021>>. Acessado em 18/04/2016.

SOUZA, Elaine Eliane Peres de. **A formação no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa.** In: ANPED SUL, 10, 2014, Florianópolis, 2014. Anais... p. 1-18. Disponível em: <xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/95-0.pdf>. Acesso em 15/01/2015.

Recebido em Agosto de 2016
Aprovado em Junho de 2017
Publicado em Setembro de 2017

JORNAL DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS

ISSN 1981-1969

Volume 11

Número 6

04 de setembro 2017

O Copyright é retido pelo/a autor/a (ou primeiro co-autor) que outorga o direito da primeira publicação ao **Jornal de Políticas Educacionais**. Mais informação da licença de Creative Commons encontram-se em <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/2.5>. Qualquer outro uso deve ser aprovado em conjunto pelo/s autor/es e pelo periódico.

JORNAL DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS é uma publicação do Núcleo de Políticas Educacionais do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná – NuPE/UFPR, em consórcio com a Linha de Pesquisa em Políticas Educacionais do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE/UFPR, que aceita colaboração, reservando-se o direito de publicar ou não o material espontaneamente enviado à redação. As colaborações devem ser enviadas ao NuPE/UFPR, conforme orientações contidas nas páginas do periódico na internet: <http://revistas.ufpr.br/ipe>.

Indexação:

BBE – Biblioteca Brasileira de Educação (MEC/INEP)

Clase (Base de Datos Bibliográfica de Revistas de Ciencias Sociales y Humanidades)

Diadorim – Diretório de Política de Acesso Aberto das Revistas Científicas Brasileiras (IBICT)

Google Scholar

Index Copernicus

Portal de Periódicos (CAPES)

SER – Sistema Eletrônico de Revistas da Universidade Federal do Paraná (SER/UFPR)

Sumários de Revistas Brasileiras (FUNPEC-RP)

DRJI - Directory of Research Journals Indexing

(Periódico integralmente disponível apenas em via eletrônica)

Jornal de Políticas Educacionais / Núcleo de Políticas Educacionais da Universidade Federal do Paraná – NuPE/UFPR – v.1, n. 1 (1º semestre de 2007) – Curitiba: NuPE/UFPR.

Volume 11, número 6 – 2017

ISSN 1981-1969

1. Educação – Periódicos. 2. Política Educacional – Periódicos. I. NuPE/UFPR

Comitê Editorial:

Ângelo Ricardo de Souza (UFPR)

Ana Lorena Bruel (UFPR)

Marcos Alexandre Ferraz (UFPR)

Conselho Editorial:

Andréa Barbosa Gouveia (UFPR), Ângela Hidalgo (UNICENTRO), Cesar Gernomino Tello (Universidad Nacional Tres Febrero, Argentina), Gladys Beatriz Barreyro (USP), Juca Gil (UFRGS), Jefferson Mainardes (UEPG), João Ferreira de Oliveira (UFG), Luiz Souza Júnior (UFPB), Marcos Edgard Bassi (UFSC), Regina

Maria Michelotto (UFPR), Robert Verhine (UFBA), Rosana Cruz (UFPI), Rubens Barbosa Camargo (USP), Sebastián Donoso Díaz (Universidad de Talca, Chile), Taís Moura Tavares (UFPR), Theresa Adrião (UNICAMP), Vera Peroni (UFRGS).

Jornal de Políticas Educacionais
Universidade Federal do Paraná
Setor de Educação
Núcleo de Políticas Educacionais – NuPE/UFPR
Rua Gal. Carneiro, 460 – 4º andar – Sala 407/C
80.060-150 – Curitiba – PR – Brasil
Tel.: 41-3360-5380
jpe@ufpr.br
<http://revistas.ufpr.br/jpe>